

## VISÃO PANORÂMICA DA IGREJA NO BRASIL PÓS-CONCILIAR ATÉ OS DIAS ATUAIS

Aloísio Cardeal Lorscheider\*

1. Há um *pré-Concílio* e há um *Concílio*: Do pré-Concílio, na Igreja do Brasil, devemos lembrar alguns Movimentos que ajudaram a Igreja no Brasil a receber bem o Concílio. Quais Movimentos? Os Movimentos Litúrgico e Bíblico, o Movimento da Ação Católica, os Movimentos Familiares, uma abertura para as questões sociais, as iniciativas da renovação da Vida Religiosa e do Movimento Presbiteral, o Movimento por um Mundo Melhor.

2. A *Ação Católica* merece um ressaltado especial. Havia os vários setores: a JAC, a JEC, a JIC, a JOC, a JUC, Ação Católica dos Homens e das Senhoras. Já naquela época, a Ação Católica se caracterizava por um grande espírito missionário. Pio XI dera um enorme impulso à Ação Católica, e Pio XII continuou. Na época eles definiam a Ação Católica como a participação dos cristãos leigos no apostolado hierárquico da Igreja. Estes leigos eram chamados pela Igreja e a Igreja lhes dava *um mandato*. Era um engajamento dos leigos cristãos, mas com *mandato* da hierarquia. O Concílio Vaticano II muda esta idéia do *mandato* e dá ao leigo o lugar que lhe compete na Igreja em virtude do seu batismo. O leigo para fazer apostolado não necessita do mandato da hierarquia. Entretanto, na época pré-conciliar, na Igreja Católica, isto já era um grande passo. E a Ação Católica foi uma força bem grande na vida da Igreja de então.

A metodologia da Ação Católica - sobretudo por obra de Cardijn, o grande incentivador da JOC (Juventude Operária Católica) - era o “ver-julgar-agir”, ao qual se acrescentou mais tarde também o “celebrar” e o “avaliar”. A Ação Católica produziu lideranças importantes na Igreja Católica do Brasil. Basta citar um só nome: *Alceu Amoroso Lima*, o Tristão de Ataíde.

3. *No campo social* houve, a partir dos anos 50, uma *mudança qualitativa* do *assistencialismo* para uma presença conscientizadora e fortalecedora das reivindicações sociais. A sociedade brasileira começava a

viver as grandes transformações sócio-econômicas que provocaram maior consciência da real situação do povo, especialmente do mundo rural. São dessa época o Movimento de Educação de Base (MEB), os Círculos Operários, as Semanas Ruralistas (um destaque merece o então Bispo de Campanha/MG, Dom Inocêncio Engelke que, pela primeira vez, realizou uma grande Semana Ruralista e deu o grito da terra em favor da Reforma Agrária). Expandiu-se igualmente o sindicalismo rural. Quando, em 1962, fui nomeado Bispo de Santo Ângelo, no RS, os Bispos do RS lançavam a famosa *Frente Agrária Gaúcha*, visando criar sindicatos rurais. Trabalho que foi feito com grande eficiência, tendo à frente o Irmão Marista Miguel. Formaram-se, neste período, muitas lideranças de projeção nacional.

4. *O Movimento por um Mundo Melhor*. Lançado na Itália, pelo P. Ricardo Lombardi, S.J., e o P. Virgínio Rtoni, S.J., com a mística de uma espiritualidade da *Corpo Místico* (em 29 de junho de 1943, Pio XII publicara a grande Encíclica *Mystici Corporis*, que dominou a eclesiologia do pré-Concílio). P. Lombardi pegou esta idéia e queria o maior numero de pessoas em estado de graça. Era esta a mística do Mundo Melhor. O Movimento espalhou-se na Europa, mas teve grande influência aqui no Brasil, tanto que o primeiro plano de pastoral dos Bispos do Brasil, o Plano de Emergência (1962), estava todo fundamentado nas idéias do Movimento por um Mundo Melhor. O acento pastoral era *a fraternidade evangélica e novo zelo missionário*: o maior número de pessoas em estado de graça santificante.

5. São dessa época dois grandes organismos eclesiais: a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em outubro de 1952, e a CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) em 1954. A CNBB, arti-culando nacionalmente os Bispos, e a CRB, fortalecendo a formação e a atualização dos religiosos e religiosas e a sua inserção na vida e na missão da Igreja (Existe também atualmente a CNIS, Conferência Nacional dos Institutos Seculares).

6. A grande marca da CNBB foi o *planejamento pastoral*. Começou em 1962, a pedido de João XXIII com o *Plano de Emergência*. Nele se propunha quatro metas: a renovação da Paróquia, a renovação do ministério presbiteral, a renovação da escola católica e a promoção da ação da Igreja no campo sócio-econômico. Este Plano preparou de alguma forma os Bispos do Brasil para o Vaticano II.

7. Terminado o Vaticano II, os Bispos do Brasil deram, em 1966-1970, o *Plano Quinquenal de Pastoral de Conjunto*. Tinha, este plano,

como *objetivo* “criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápido e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II”. Para isso deu orientações expressas num *Objetivo Geral*: “Levar todos os homens à comunhão de vida com o Pai e entre si, por Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja”; e em seis *objetivos específicos*, que constituíram as *seis Linhas de Trabalho*: Uma sempre maior unidade visível no seio da Igreja Católica; A ação missionária; A ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica; A ação litúrgica; A ação ecumênica; A inserção do Povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.

O *Objetivo Geral* deixava perceber, claramente, a concepção conciliar da *Igreja como mistério de comunhão trinitária*; e as *seis Linhas* explicitavam os grandes documentos do Vaticano II: *Lumen Gentium* (Linha 1); *Ad Gentes* (Linha 2); *Dei Verbum* (Linha 3); *Sacrosanctum Concilium* (Linha 4); *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate* (Linha 5), *Gaudium et Spes* (Linha 6).

Neste contexto da caminhada da Igreja, não se pode esquecer as quatro Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano: 1955, Rio de Janeiro, cujo resultado mais palpável foi a fundação do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano); 1968, Medellín (Colômbia); 1979, Puebla (México); 1992, Santo Domingo (República Dominicana, Santo Domingo) e os Sínodos mundiais de Bispos. Todos eles completam o Vaticano II. Vale a pena conhecer os documentos e as Exortações Apostólicas que deram o resultado dos Sínodos. Entre os Sínodos, convém ressaltar aquele que foi mais importante para nós, o Sínodo da América e teve como resultado a Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in América* (22 de janeiro de 1999).

8. As orientações do Plano Pastoral de Conjunto, prorrogadas em 1970 e atualizadas no final de 1975, iluminaram, por 15 anos, o amplo projeto de renovação da Igreja, em busca de uma Pastoral de Conjunto ou Orgânica. A partir de 1970, adotou-se uma metodologia de planejamento *mais flexível*. A partir de 1975, fizeram-se *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil*, deixando-se a definição de planos mais concretos para os Regionais e as Dioceses, fazendo-se, em plano nacional, planos bienais dos organismos nacionais.

9. Vivendo os tempos difíceis e sofridos da ditadura militar (1964-1985), a Igreja assumiu *compromisso sempre mais claro e conseqüente*

com a defesa dos direitos humanos, sobretudo dos mais pobres e oprimidos: camponeses, indígenas, operários, estudantes. Houve muita perseguição e até mortes, em meio às torturas e os desaparecimentos. Algumas Igrejas locais fizeram pronunciamentos em documentos como *Testemunho de Paz* (Sul I, São Paulo 1972); *Eu ouvi os clamores do povo* (Nordeste, 1973); *Marginalização de um povo, Grito das Igrejas* (Centro-Oeste, 1973). A Assembléia Geral, reunida em Brasília em 1970, apesar das pressões oficiais, denunciou a prática da tortura e, em 1977, publicou o documento *Exigências Cristãs da Ordem Política*, de singular importância histórica para a sociedade brasileira.

10. Datam desse período novas iniciativas pastorais. Surgem pastorais específicas em áreas particularmente desafiadoras e conflituosas, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 1972), a CPT (Comissão Pastoral da Terra, 1975). As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) vinham crescendo desde os inícios da década de 60. A *eclesiologia* das CEBs valoriza elementos significativos do Vaticano II: a comunidade, a diversificação dos ministérios, a consciência missionária, a sensibilidade para com os apelos da realidade. Elas continuam sendo uma resposta esperançosa para tantos problemas que nos afligem (só pensar na violência!). Desde 1975 (Vitória do Espírito Santo) temos os Encontros Intereclesiais de CEBs. Já se realizaram 11 desses encontros.

A Igreja com estas suas iniciativas teve um período de raro reconhecimento por parte da sociedade civil (universidades, imprensa, profissionais liberais) tradicionalmente menos propensos a olhar a Igreja com simpatia.

11. Com a preocupação de reintegrar o *laicato* e organizá-lo com expressão e representatividade nacional, a CNBB incentivou a criação do Conselho Nacional dos Leigos. De dois anos para cá, grupos de leigos começaram a pensar numa possível Conferência Nacional dos Leigos do Brasil.

12. Também os presbíteros não ficaram para trás. Bem cedo (1970) criou-se a Comissão Nacional dos Presbíteros. Periodicamente os Presbíteros realizam os seus Encontros Nacionais.

13. As Diretrizes do período 1979-1982 expressam bem este momento histórico do qual falamos há pouco. Elas foram conservadas para o quadriênio 1983-1986 e de novo para 1987-1990. Receberam esclarecimentos matizes a cada novo período, mantendo, porém, a sua fisionomia original. Durante mais de um decênio, iluminaram o trabalho pastoral da Igreja no

Brasil, organizado ao redor do projeto da *evangelização libertadora*. Em sua última formulação, enunciavam assim o seu *objetivo geral*:

Evangelizar o povo brasileiro em processo de transformação social, econômica, política e cultural, a partir da verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando formar o povo de Deus e participar na construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino definitivo.

14. Do PPC (Plano de Pastoral de Conjunto), as Diretrizes conservaram as seis linhas, concebidas sempre mais como *dimensões constitutivas* da evangelização. A *opção pelos pobres* foi amadurecendo em seu sentido evangélico e em suas conseqüências. A *luta pela justiça* marcou fortemente a ação pastoral. É suficiente ver os temas das *Campanhas da Fraternidade* (outra iniciativa evangelizadora da CNBB em âmbito nacional. Espelha um raro momento de unidade da Igreja em todo o território nacional). O empenho pela *inculturação* do Evangelho e a busca de mais profunda ligação entre *fé e vida* encontraram expressão na Assembléia Geral de 1983, quando se publicou o documento “*Catequese Renovada*”, que teve ampla divulgação em todo o Brasil.

15. Na *redemocratização do País*: a Igreja participou ativamente, valorizando a participação e apoiando as emendas populares à nova Constituição. A Igreja, pela CNBB, deu dois importantes documentos neste processo constituinte: *Por uma nova Ordem Constitucional* (1986) e *Exigências Éticas da Ordem democrática* (1989).

16. No período *pós-Puebla* as *pastorais sociais* tiveram grande incremento em todos os campos. As *tensões intra-ecliais* também cresceram, seja devido à própria proposta de evangelização libertadora, numa sociedade profundamente marcada pelas injustiças, seja por uma compreensão deformada dessa proposta.

As Instruções romanas sobre a Teologia da Libertação (1984, *Libertatis Nuntius*; 1986, *Libertatis conscientia*), a Carta aos agentes de pastoral e às comunidades da Assembléia Geral da CNBB de 1985 e a *Carta Pessoal* do Papa à CNBB, março de 1986, balizaram os rumos da ação pastoral.

17. No final da década de 80, cresce na Igreja a consciência de que a *situação da sociedade é profundamente diversa* daquela da época pós-conciliar. A missão evangelizadora se dá numa sociedade pluralista, secularizada, estruturada sobre os valores da modernidade. O crescente *pluralismo religioso* se torna objeto de estudos, com a colaboração de outras

instituições reunidas no CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs). A Igreja Católica defronta-se cada vez mais com os desafios da evangelização da cultura moderna. O pluralismo cultural, vivido dentro da Igreja, exige respostas pastorais diversificadas. A consciência disso levou a Assembléia Geral de 1988 a publicar o documento *Igreja, Comunhão e Missão*. O documento, aprofundando o mistério da comunhão eclesial, reforça a identidade das comunidades católicas e as estimula a uma nova e mais vigorosa atuação missionária.

Um dos sinais dessa consciência foi o novo impulso dado à organização do laicato com a preparação e realização do Sínodo Mundial dos Bispos sobre os Leigos (1987) e a subsequente Exortação Apostólica *Christifideles Laici* (1989). A valorização dos “sujeitos da evangelização”, suscitados e formados dentro dos vários grupos culturais e situações sociais características, reforça a responsabilidade *missionária* da comunidade eclesial, abrindo-se para a missão “além-fronteiras”, junto a outros povos e Países.

As Diretrizes Pastorais dos anos 90, cuja primeira formulação foi feita para o período 1991-1994, acolheram esses aspectos novos e os reelaboraram de maneira orgânica, dentro da *nova proposta evangelizadora*, conforme expressa muito bem o Objetivo Geral:

Evangelizar com renovado ardor missionário, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para formar o Povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo.

18. O quadro histórico da definição das Diretrizes em 1991 foi marcado por acontecimentos que contribuíram para enriquecê-las. A criação da “Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus” (1991) possibilitou participação mais efetiva de representantes de todos os segmentos da comunidade eclesial na elaboração das novas Diretrizes. A encíclica missionária *Redemptoris Missio* (1990) e a sua insistência na “nova evangelização” e, a seguir, a preparação de Santo Domingo (1992) com a temática da evangelização e cultura, por ocasião dos 500 anos de evangelização do continente americano, ofereceram novos conteúdos e acentuações. O apelo a uma nova evangelização foi acolhido pela Igreja do Brasil, sobretudo como oportunidade para uma retomada do ardor missionário, com ênfase na centralidade de Jesus Cristo e um desafio a se posicionar frente à modernidade. Na sociedade brasileira ela é sentida, dramaticamente, nas formas de vida urbana transferidas, também, às

populações rurais pelos meios de comunicação de massa. A rapidez e o radicalismo das mudanças culturais permitem que formas avançadas e modernas de vida convivam com outras tradicionais.

19. As diretrizes de 1991-1994 abordaram a *questão da modernidade* a partir de três aspectos principais: o individualismo, o pluralismo cultural e religioso, as contradições sociais e suas causas estruturais. Novos acentos pastorais correspondentes são propostos: valorização da pessoa e da experiência *subjetiva*; vivência comunitária e diversificação das formas de expressão eclesial; presença mais significativa da Igreja na sociedade. Essa mesma sociedade, no penoso caminho da democratização, defronta-se com uma *crise ética* de proporções sempre mais vastas. A Igreja procurou iluminar os caminhos de solução com os documentos sobre Educação (1992) e *Ética, pessoa e sociedade* (1993), bem como com as Semanas Sociais Nacionais, realizadas dentro de nova e envolvente metodologia. O quadriênio assistiu ao aprofundamento e redefinição da Igreja frente aos Meios de Comunicação Social, na esteira da Campanha da Fraternidade sobre o tema (1989). O ano de 1994, proclamado *Ano Missionário*, recebeu da Assembléia um subsídio sobre *Desafios e Protagonistas da Missão* num esforço de concretização do sentido eminentemente missionário das Diretrizes.

20. De quatro em quatro anos, a CNBB faz a revisão das Diretrizes e as publica. Temos, pois, diretrizes de 1995 a 1998; de 1999 a 2002; de 2003-2006. São estas últimas que vigem atualmente.

Uma novidade na caminhada do planejamento foram três novos projetos ao mesmo tempo em que existem as Diretrizes: o primeiro projeto desse tipo, tendo em vista a preparação para o 3º milênio, intitulou-se: *Rumo ao Novo Milênio*. Terminado o Novo Milênio, os Bispos lançaram um novo projeto intitulado *Ser Igreja no Novo Milênio* (2001-2003). Recentemente a CNBB lançou um 3º desses Projetos: *Queremos ver Jesus - Caminho, Verdade e Vida* (2004-2007).

Em 1995 o nome das Diretrizes sofreu uma mudança: em vez de falar da Ação Pastoral, começou a se acentuar a palavra *evangelizadora*. Desde então temos: Diretrizes Gerais da Ação *Evangelizadora* e não mais da *Ação Pastoral*. Não deixam as Diretrizes de serem pastorais, mas houve o desejo de marcar a “*nova evangelização*”, da qual o Papa tanto fala.

Outra novidade foi a introdução das *quatro exigências intrínsecas* da evangelização: *serviço, diálogo, anúncio, testemunho* de comunhão.

21. No planejamento aos poucos foi mudando a formulação do objetivo geral. Hoje ele soa assim:

Evangelizar proclamando a Boa-Nova de Jesus Cristo, caminho para a santidade, por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão, à luz da evangélica opção pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, formando o povo de Deus e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo.

22. Já concluindo... O passeio panorâmico nos mostra como é importante na vida da nossa Igreja *o planejamento pastoral*. Desde 1962 até hoje tem sido esse o caminho feito pela Igreja no Brasil através da CNBB. O planejamento pastoral significa uma atualização contínua do Vaticano II, que, devido às *mudanças* pelas quais passa o nosso mundo, exige ultrapassagens. O *pastoral* está intimamente ligado ao tempo e à realização da Igreja aqui e agora. Aparecem sempre novos questionamentos. Eles pedem de nós atitudes diversas, como:

- *reavivar a memória da missão evangelizadora* que nos foi confiada, recordar e assumir com novo ardor a vocação própria da Igreja: a evangelização; o aspecto missionário...

- *considerar com realismo as mudanças* que ocorrem, para nelas discernir os “sinais dos tempos” e os apelos de Deus, que nos chama a criar novas expressões e a buscar novos caminhos na missão de encarnar o Evangelho nas novas realidades culturais e sociais.

\**Aloísio Cardeal Lorscheider*

*Cardeal Arcebispo de Fortaleza de 1973 a 1995, Arcebispo Emérito de Aparecida/SP*